

A FORMAÇÃO CONTINUADA NO ESTADO DE SÃO PAULO NA ÓTICA DOS FORMADORES¹

ROMANINI, Maristela Gallo - UNICAMP/SP-BRASIL

maristelagr@yahoo.com.br

PINTO, Thais Lanza Brandão - ESC/SP - BRASIL

meclanza33@gmail.com

BATISTA, Cecília Dodorico Raposo – SEE/SP - BRASIL

cecibatista@ig.com.br

SANCHEZ, Beatriz Garcia - SEE/SP - BRASIL

beatriz-sanchez@uol.com.br

RESUMO

A formação continuada é um direito de todos os profissionais da educação garantido pela legislação vigente. Assim, o Estado de São Paulo vem buscando alternativas no sentido de inovar e modificar suas práticas de formação na última década. Para isso, relataremos parte de nossa experiência com o processo de formação continuada por meio de Programas de Formação elaborados e implementados na rede estadual, pelos Supervisores de Ensino, a partir da premissa de que esses profissionais têm saberes específicos, oriundos das vivências do dia a dia e que, analisados à luz dos referenciais teóricos que subsidiam sua prática, podem fortalecer as equipes escolares na busca pela efetiva aprendizagem de todos os alunos.

Palavras-chave: Formação Continuada; Supervisão de Ensino; SEESP.

¹ Ver: Barreto e Barreto (1990) e Pellissari (2007).

ABSTRACT

Continuing education is a right for all professional education guaranteed by law. Thus, the state of São Paulo seeking alternatives to innovate and modify their teaching practices in the last decade. For this, we report our experience with part of the process of continuing education through training programs developed and implemented in the state system, the Supervisors of Education, from the premise that these professionals have specific knowledge, gathered from the experiences of the day **day** and analyzed in the light of theoretical frameworks that support your practice can strengthen school teams in the search for effective learning of all students.

Keywords: Continuing Education, Supervision of Instruction; SEESP.

INTRODUÇÃO

Nóvoa (1992) diz que falam dos professores, mas não falam os próprios professores. Com base nesta afirmação, entendemos ser pertinente relatar nossa experiência de formação continuada em serviço, desenvolvida no estado de São Paulo a partir do ano de 2009, cujas práticas objetivaram estabelecer modelos relacionais e participativos na prática de formação de gestores escolares e professores.

Há algum tempo ocupamos os cargos de Supervisoras de Ensino da Secretaria de Estado de Educação do Estado de São Paulo - SEESP, último cargo na carreira do magistério público paulista, considerado cargo de especialista da educação, conforme a legislação vigente e existente somente na estrutura da SEESP, privilégio do magistério paulista.

Dizemos privilégio porque temos esta possibilidade profissional de Supervisão de Sistema Educacional para além do professor coordenador pedagógico em cada unidade escolar, enquanto em outros Estados conforme relata Ferreira (2000), e até em outros países, para Alarcão (2008), o supervisor ocupa o papel de coordenador pedagógico nas unidades escolares. São Paulo conta com os dois profissionais.

Para Andrade (1976, p.9) “a palavra *supervisão* é formada pelos vocábulos *super* (sobre) e *visão* (ação de ver). Indica a atitude de ver com mais clareza uma ação qualquer”.

Considerando essa definição de supervisão, também a legislação vigente traz em seu bojo, quanto às competências e habilidades do Supervisor de Ensino no Estado de São Paulo, que este deve "perceber-se integrado à formação continuada dos profissionais da educação e atuar como um dos articuladores de processos nas diferentes instâncias da SEESP: escola, Diretoria de Ensino e órgãos centrais." (SÃO PAULO, 2010).

Associados o olhar da “super visão”, com as proposições da legislação vigente é evidente que é o Supervisor de Ensino, o profissional mais preparado para fazer a articulação entre os saberes do “chão da escola” que mediado pela reflexão, deve conduzir a formação continuada dos profissionais da rede estadual.

Somos ainda defensoras incondicionais de que os Supervisores de Ensino têm papel fundamental no processo de formação continuada, seja pelo percurso na carreira, seja pelos saberes específicos que possuem. Todo Supervisor de Ensino obrigatoriamente foi professor. Além disso, como já dissemos, tem saberes específicos nas esferas de atuação, macro, meso e micro². Temos na própria legislação institucional e nas publicações oficiais o suporte para a atuação reflexiva sobre a prática pedagógica e cotidiana junto aos e com os gestores e professores apoiados na ideia de que “(...) o supervisor é o sujeito que faz a leitura da escola na sua totalidade” (MEDINA, 1997, p.18). E, além de tudo, é preciso considerar que os formadores também são sujeitos em formação, também vivem um processo de desenvolvimento profissional conforme Imbérnon (2010) e Pelissari (2007).

Para isso, o supervisor deve assumir um papel de prático colaborador num modelo mais reflexivo, criando espaços de formação para ajudar a analisar os obstáculos e dificuldades encontrados pelos educadores ajudando-os a encontrar solução para as situações problemáticas e assim transpô-las.

Sobre o processo de formação docente, Imbernón (2010) afirma que a contextualização e a diversidade são fundamentais, uma vez que as diferenças e o desenvolvimento que caracterizam os indivíduos têm lugar nos diferentes contextos sociais e históricos³ em que vivem. Desta forma, a utilização de práticas uniformizadoras perdem espaço para o exercício e a potencialização de uma formação a

² Macro, meso e micro: Ver: AFONSO (2000).

³ Ver: BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**. Uma metáfora da condição humana. Petrópolis: Vozes, 1997. “A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam”. Disponível em: http://www.olimon.org/joseluis/a_aguia_e_a_galinha.pdf.

partir de dentro, discutindo situações que afetam os sujeitos da formação, para que estes vejam sentido⁴ nela.

É também o abandono do conceito obsoleto que a formação é a atualização científica e didática pela seguinte afirmação de que se a formação não pode tudo, pode algumas coisas, conforme dizem Barreto e Barreto (1990). É a necessária consciência do que se pretende com a formação continuada e quais as expectativas e demandas daqueles que dela participarão. É a superação do descompasso entre o que dizem os formadores e o que esperam os participantes da formação.

Por isso, Fusari (1998, p.52) diz que o conhecimento e a análise crítica do contexto no qual os problemas se manifestam são muito importantes para identificar suas causas, que poderão ser encontradas no interior da própria escola, na estrutura da sociedade e na interação entre a escola e o contexto social global e que a caracterização do problema é fundamental para a tomada de decisão sobre qual a melhor maneira de superá-lo. E a teoria é um recurso muito importante neste processo. Ela, nessa perspectiva, funciona como uma espécie de "lupa", por meio da qual a realidade é analisada e a própria teoria, questionada.

Nesse ínterim, a SEESP inovou com a proposta de formação continuada em serviço na qual profissionais titulares da rede pública trabalhavam em Programas de formação para formar profissionais da própria rede, ou, seus pares. Alguns Supervisores de Ensino, nós entre eles, reunimo-nos a convite da Secretaria de Estado da Educação, com uma equipe da CENP⁵ – Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, hoje, denominada CEGEB – Coordenadoria de Gestão e de Educação Básica, para preparar, em nível central, encontros que promovessem a formação dos atuais PCNP⁶, Supervisores de Ensino, Diretores de Escola e Professores Coordenadores, de forma a estimular a articulação entre estes formadores. O propósito era formar estes profissionais, por meio de estudos teóricos e subsídios teóricos-

⁴Sentido: Ver: VIGOTSKI, L. S. (1996). O significado histórico da crise da psicologia. In L. S. VIGOTSKI. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1927).

⁵**CENP e CEGEB:** A mudança de nomenclatura e em algumas atribuições se deu pelo Decreto Nº 57.141/2011 com a reorganização da estrutura da SEESP.

⁶**PCNP:** Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico pela legislação vigente que já teve a denominação Professor Coordenador da Oficina Pedagógica (PCOP). A mudança de nomenclatura se deu pelo Decreto Nº 57.141/2011 com a reorganização da estrutura da SEESP.

práticos, para intervirem, significativamente, junto à Equipe Escolar⁷ na melhoria do processo de aprendizagem dos alunos.

Cabe esclarecer aqui, as funções de cada segmento citado acima, sendo o PCNP – Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico, o profissional docente que afastado da sala de aula, atua para capacitar professores de sua disciplina, em um Núcleo Regional nas Diretorias Regionais de Ensino. Ele seria o representante de sua disciplina nas formações centralizadas e realizadas pelos órgãos centrais do governo. Atualmente, essa função é disciplinada pela Resolução SE Nº 68/2012, que enfatiza a importância desse profissional para a melhoria da aprendizagem dos alunos e significativa contribuição para o bom desempenho dos estudantes nas avaliações internas e externas. Enquanto o PCNP atua prioritariamente em âmbito pedagógico, ou seja, nas ações que promovam acesso do aluno ao currículo, afinal, o Supervisor de Ensino, entre outros aspectos, é um dos responsáveis pela consolidação de políticas e programas do Sistema Estadual, por meio de ações coletivas, que envolvam um movimento de ação, reflexão e ação. (SÃO PAULO, 2013).

O Diretor de Escola é o dirigente e coordenador do processo educativo no âmbito da escola, (SÃO PAULO, 2013) e o Professor Coordenador, juntamente com o Diretor compõem a equipe de gestão escolar e tem como principais funções acompanhar e avaliar o ensino, o processo de aprendizagem, os resultados do desempenho dos alunos, bem como assumir o trabalho de formação continuada dos professores para garantir situações de estudo e de reflexão sobre a prática pedagógica, conforme propõe a Resolução SE nº 88, do ano de 2007.

Perpassadas as proposições iniciais, relataremos experiência no grupo de formação ocorrida na SEESP desde o ano de 2009 até a atualidade.

1. SOBRE O GRUPO

⁷**Equipe escolar:** Diretores, Vice-Diretores, Professores Coordenadores e Professores. Também compõem a equipe escolar de algumas escolas, os Professores Mediadores Escolares e Comunitários (PMEC), os Professores designados da Sala de Leitura, o Vice-Diretor do Programa Escola da Família (PEF) e também o Professor Coordenador de Apoio à Gestão Pedagógica (PCAGP).

Cabe dizer que algumas de nós já estivemos reunidas e envolvidas em outros Programas de Formação da SEESP desde o ano de 2004, mas foi precisamente no ano de 2009, que foram implementados na rede estadual os Programas Ler e Escrever e São Paulo Faz Escola e justamente, envolvidas com os processos formativos destes Programas, que neste mesmo ano, ocorreu nosso encontro como grupo, mais especificamente, num desdobramento de trabalho nos Programas “PCOP e Supervisor de Ensino: Uma Equipe que Aprende para Ensinar” e a “Gestão da Escola Aprendente”, respectivamente programas cujos objetivos tratavam de formação continuada sendo, o primeiro para os Supervisores e PCNP e o segundo para a formação das equipes gestoras das escolas consideradas prioritárias⁸.

Ainda para as escolas prioritárias, mesmo com a mudança de governo no Estado de São Paulo, embora de mesma legenda partidária, e, com um pouco a mais de dificuldade, na segunda metade do ano de 2011 até o meio do ano de 2012, estivemos juntas novamente para o trabalho de formação continuada dessas escolas, e, num trabalho conjunto e nunca antes ocorrido na rede estadual construímos com nossos pares, o PAP, Plano de Ação Participativo, que tinha por objetivo, envolver toda a comunidade escolar e, em conjunto, definir prioridades, estabelecer objetivos e traçar metas com vistas à melhoria dos índices de desempenho dos alunos destas escolas no IDESP⁹. Trata-se de trabalho conjunto, com compromisso selado e homologado pelo Órgão Regional na pessoa do Dirigente Regional e, de acesso à equipe do Órgão Central para acompanhamento de todo o processo de modo digitalizado e em tempo real.

Nem concluído este trabalho, por dificuldades externas da própria equipe central, nos dispusemos a um novo desafio. Na segunda metade do ano de 2012, fomos direcionadas para o trabalho com um Programa que estava sendo implementado gradualmente pela SEESP, e que neste ano envolvia somente 16 escolas, o Programa de

⁸ **Escolas Prioritárias:** Grupo de escolas que não alcançaram os índices e metas determinados para aquele ano letivo no Programa de Qualidade da Escola. Estas escolas já receberam várias denominações e na época eram denominadas Prioritárias e tinham entre as ações para melhoria, a Formação Continuada Centralizada no Programa denominado “Escola Aprendente”.

⁹ **IDESP:** O IDESP (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo) é um indicador de qualidade das séries iniciais (1ª a 4ª séries) e finais (5ª a 8ª séries) do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Na avaliação de qualidade das escolas feita pelo IDESP consideram-se dois critérios complementares: o desempenho dos alunos nos exames do SARESP e o fluxo escolar. O IDESP tem o papel de dialogar com a escola, fornecendo um diagnóstico de sua qualidade, apontando os pontos em que precisa melhorar e sinalizando sua evolução ano a ano. Ver: <http://idesp.edunet.sp.gov.br/>.

Ensino Médio Integral¹⁰, que para o ano de 2013 incorporou mais 53 escolas e que para o ano de 2014 terá em torno de 200 escolas.

Cabe dizer também que na troca de governo, mas na vigência do último concurso para Supervisores, em janeiro de 2011, a pedido do Gabinete do Secretário Estadual de Educação fizemos também a 1ª Formação para Supervisores Ingressantes, trabalho inédito para a Supervisão de Ensino no Estado de São Paulo.

Quanto à composição do grupo, essa se deu de certa forma espontânea, uma vez que compusemos o grupo por convite de coordenadores do Órgão Central, que nos selecionou, utilizando por critério, a memória de algum trabalho relevante que coordenados ou realizados na Diretoria Regional de Ensino (DER) – Órgão Regional, subordinado à Secretaria estadual e sede de trabalho dos Supervisores de Ensino, nosso vinculador e, que, em algum momento foi evidenciado e nos tornou conhecidas.

Assim, aleatoriamente, compusemos o grupo por convite e, aceitamos o desafio e a possibilidade de compor um grupo de formação, que por conta de variáveis importantes como tempo para reunião, objetividade, conhecimentos teóricos e técnicos, ficou subdividido em dois, um GP¹¹ e um GG¹².

Cabe esclarecer que, embora o grupo tenha sido composto de forma espontânea, o que sempre nos uniu para além do campo de atuação profissional, ser Supervisor de Ensino, foi algo muito mais marcante por grande carga de idealismo e que nos tem mantido como grupo, apesar da distância geográfica e as diferenças subjetivas que envolvem toda a formação pessoal e profissional; apesar das dificuldades que acercam as políticas educacionais e as diferenças ideológicas e políticas, as disputas internas por ideias ou até mesmo poder, une o grupo o fato de todos acreditarem no potencial da educação de qualidade para todos nas escolas da rede estadual, universalismo da escola e na necessidade de se oferecer ensino para além de viés político-partidário e, ainda, a crença na potencialidade da educação pública como ponto inegociável para a melhoria da qualidade de vida dos alunos e a mudança social.

¹⁰ **Programa Ensino Médio Integral:** recebeu esta denominação no ano de 2012, e no ano de 2013 ao ser estendido para escola de Ensino Fundamental, passou a chamar-se Programa Ensino Integral. Atualmente, tem nova denominação.

¹¹ **GP: Grupo Pequeno.** Era composto por no máximo 8 profissionais, Supervisores de Ensino, que eram os responsáveis pela elaboração da pauta de formação e pela formação do GG.

2. SOBRE OS ENCONTROS DE FORMAÇÃO

Movidas pelo que de mais forte sempre nos uniu, no ano de 2009, começamos nosso trabalho de formação continuada que perdurou até a atualidade.

Foram quatro Programas e uma ação formativa de grande relevância, a saber: “PCOP e Supervisor de Ensino: Uma Equipe que Aprende para Ensinar”, “Gestão da Escola Aprendiz”, “Plano de Ação Participativo”, “Programa de Ensino Integral” e o “Curso para Supervisores Ingressantes”.

No Programa “PCOP e Supervisor de Ensino: Uma Equipe que Aprende para Ensinar”, ocorreram três encontros e na “Gestão da Escola Aprendiz”, foram mais dois encontros no ano de 2010, tendo como público-alvo, respectivamente um Supervisor de Ensino responsável pela Oficina Pedagógica¹³ e cinco PCNP indicados pelo Dirigente Regional no primeiro Programa e no segundo, o Supervisor de Ensino responsável pela Unidade Escolar, o Diretor e o Professor Coordenador da escola prioritária. Para este trabalho de formação contamos com a média de 30 formadores e 600 cursistas, no primeiro Programa e, com a média de 40 formadores e 700 cursistas, no segundo Programa.

Ambos os Programas, tinham por objetivo geral levar os cursistas à reflexão sobre as práticas em curso nas escolas, para que após um trabalho pautado na análise dessas mesmas práticas conduzidas nas oficinas, tematização da prática, discussão em grupo, e, em conjunto com sua equipe, retornassem às escolas e desencadeassem as mudanças necessárias no cotidiano das escolas.

Para SAVIANI (1987, p. 23), "a palavra reflexão vem do verbo latino 'reflectire' que significa 'voltar atrás'. É, pois um (re)pensar, ou seja, um pensamento em segundo grau. (...) Refletir é o ato de retomar, reconsiderar os dados disponíveis, revisar, vasculhar numa busca constante de significado. É examinar detidamente, prestar atenção, analisar com cuidado.

E, por isso, cabe dizer que em nenhum momento, houve a intenção de produzir pautas de trabalho que levassem à mera replicabilidade, mas sim a preocupação com a condução de um modelo de trabalho reflexivo, mediado pela reflexão, que possibilitasse

¹²**Grupo Grande.** Chegou a ser composto por até quarenta profissionais, Supervisores de Ensino, que após receberem a orientação do GP, compunham com o GP, o Grupo de Formação e mediavam o processo formativo dos demais profissionais da SEESP, Supervisores, Diretores, PCOP e PC.

considerar as especificidades de cada Diretoria Regional de Ensino e de cada Unidade Escolar.

Os encontros foram custeados pela SEESP e realizados em local apropriado com ambiente de estudo e, sob convocação do órgão central, geralmente no Hotel Vale do Sol, no município de Serra Negra ou em Àguas de Lindóia. Somente os cursos com número menor de participantes foram realizados na Escola de Formação “Prof. Paulo Renato Costa Souza” – EFAP em São Paulo.

A reunião dos GP e GG também ocorreram sempre na EFAP ou na sede da SEESP, em São Paulo.

A metodologia utilizada em geral, constava de problematização da prática a partir de um cenário escolar onde aconteciam fatos ligados ao cotidiano. Estratégia essa que possibilitava o alcance de nossos objetivos uma vez que os cursistas se enxergavam no cenário o que tornava mais fácil a reflexão sobre a ação. Os conceitos de devolutiva para além de uma resposta ou de um “feedback” também foram introduzidos porque começamos a desenvolver o aspecto da formação, que ao dar a devolutiva a quem quer que seja sobre uma observação ou avaliação realizada, nós nos formamos e formamos aquele que recebe.

2.1 DETALHANDO OS ENCONTROS

Sobre o 1º Programa, “PCOP e Supervisor de Ensino: Uma Equipe que Aprende para Ensinar”, em cada encontro era solicitada uma tarefa reflexiva, que deveria envolver toda a equipe da Supervisão de Ensino e Núcleo Pedagógico de cada DER. No 1º encontro foi solicitado um Plano de Trabalho sobre os assuntos discutidos com toda a equipe da DER; no segundo encontro foi solicitada a realização de uma atividade envolvendo a atuação de um Professor Coordenador de todas as escolas e, no terceiro encontro deveriam ser socializadas as orientações recebidas com os gestores escolares.

¹³ **Oficina Pedagógica:** Núcleo subordinado à Diretoria Regional, responsável pelo acompanhamento e formação continuada de docentes e onde se aloca o PCNP.

Tal tarefa exigia da equipe participante do encontro centralizada, reflexão e adequação e ampliação dos assuntos agora em nível regional, considerando as devidas peculiaridades e especificidades das DER e Unidades Escolares.

Os três encontros do Programa “PCOP e Supervisor de Ensino: Uma Equipe que aprende para ensinar”, podem ser resumidos no quadro abaixo:

TABELA Nº 1 – “Uma equipe que aprende para ensinar”.¹⁴

Uma equipe que aprende para ensinar				
	Data	Público-alvo	Participantes	Formadores/ média
Módulo I	4 a 6 de maio de 2010	1 Supervisor de Ensino e 5 PCNP	637	30
Módulo II	5 a 7 de julho de 2010	1 Supervisor de Ensino e 5 PCNP	620	30
Módulo III	26 a 28 de outubro de 2010	1 Supervisor de Ensino e 5 PCNP	615	30

Fonte: SEESP/2010.

Sobre o 2º Programa, houve dois encontros em 2009, o primeiro deles foi apenas com o professor coordenador das escolas consideradas, naquele ano, prioritárias. A pedido dos próprios Professores Coordenadores, a Secretaria da Educação, por meio da CENP, ponderou ser justo e conveniente envolver não somente o Coordenador, mas também o Diretor da Escola, nascendo daí o segundo encontro de 2009, que posteriormente foi denominado de “Gestão da Escola Aprendente” em 2010.

O termo aprendente que adjetiva a palavra escola se referia ao primeiro princípio do então recém-lançado currículo oficial de São Paulo, dentre seis, os quais transcrevemos a seguir: uma escola que também aprende, o currículo como espaço de cultura, as competências como referência, prioridade para a competência da leitura e da escrita, articulação das competências para aprender e articulação com o mundo do trabalho. (SÃO PAULO, 2008).

¹⁴ Dados de posse da SEESP e coletados para este trabalho.

Ocorreram mais dois encontros no ano de 2010 com o mesmo público alvo. O objetivo geral desse encontro foi o de possibilitar aos gestores das escolas prioritárias ferramentas para a formação de sua equipe escolar no uso consciente do currículo para a efetiva aprendizagem de seus alunos, tendo como ponto de partida a análise dos resultados do SARESP.

As atividades do encontro iam desde uma palestra de abertura com mensagem da Secretaria da Educação que creditava à formação continuada em serviço a melhoria da qualidade de educação ofertada pela rede estadual de ensino até Oficinas de Trabalho para propiciar reflexão sobre a prática para avanços no desempenho de todos os alunos. Os temas abordados passaram pelo estudo sobre a identidade de cada escola, construída a partir das referências que a equipe tece sobre si mesma, bem como reflexão e análise sobre sua importância para a comunidade e as possíveis formas para intervenção da equipe gestora na formação da identidade das escolas, o debruçar da equipe escolar sobre o desempenho dos alunos na avaliação da aprendizagem externa, Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo - SARESP.

Também foram analisadas as escolas nos espaços macro, meso e micro para compreender a importância da gestão pedagógica na implementação real da proposta pedagógica, no plano macro as correntes pedagógicas e o contexto de implementação do currículo, possibilitando aos participantes refletir sobre as concepções pedagógicas construídas historicamente, as quais orientam e influenciam tanto o currículo da Secretaria de Estado da Educação, quanto os aspectos macro educacionais da organização escolar. No plano meso, as múltiplas representações da cultura da unidade escolar, proporcionou aos gestores a reflexão sobre os aspectos que constituem a cultura da escola e os seus efeitos na qualidade da educação oferecida.

Os quatro encontros da “Gestão da Escola Aprendente”, podem ser resumidos no quadro abaixo:

TABELA 2 – “Gestão da Escola Aprendente”¹⁵

Gestão da Escola Aprendente					
	Data	Público-alvo	Participantes/ média	Formadores /média	Carga Horária
1º Encontro	05 a	Supervisor de Ensino	700	30	24

¹⁵ Dados de posse da SEESP e coletados para este trabalho.

	0708/2009	Diretor de Escola Professor Coordenador			
2º Encontro	30/09 a 02/10/2009	Supervisor de Ensino Diretor de Escola Professor Coordenador	700	30	24
Módulo I	26 a 29/04/2010	Supervisor de Ensino Diretor de Escola Professor Coordenador	700	30	24
Módulo II	31/08/2010 01 e 02/09/2010	Supervisor de Ensino Diretor de Escola Professor Coordenador	700	30	24

Fonte: Arquivos da SEESP/2010.

Para desenvolver a pauta, o Grupo Pequeno – GP se reuniu em média por cinco dias na sede da Secretaria da Educação e tendo como ponto de partida, os objetivos dados pela CENP definiram-se a metodologia e as atividades que poderiam ser utilizadas para alcançar tais objetivos. A opção foi por uma metodologia que privilegiasse a interação entre cursistas e formadores, por meio de uma concepção dialética de aprendizagem na qual o sujeito-cursista deveria ser colocado na condição de aprendiz e para isso deveria agir sobre determinado objeto de conhecimento e refletir sobre sua prática.

Neste ínterim, embora na mudança de Governo e de coordenação nas equipes da SEESP, desenvolvemos um 3º trabalho, o Curso para Supervisores Ingressantes “Supervisor de Ensino – Um profissional que aprender para ensinar”. Este Curso foi oferecido para a segunda turma de supervisores ingressantes através de aprovação no concurso realizado para o cargo no ano de 2008.

Abaixo o quadro sintético:

TABELA 3 – “Curso para Supervisores Ingressantes”¹⁶

Curso para Supervisores Ingressantes					
	Data	Público-alvo	Participantes/ média	Formadores /média	Carga Horária
Encontro Único	18 a 21/01/2011	Supervisor de Ensino	130	12	32

Fonte: Arquivos da SEESP/2011.

¹⁶ Dados de posse da SEESP e coletados para este trabalho.

O 4º trabalho desenvolvido¹⁷ foi uma certa continuidade no trabalho com as escolas prioritárias, num enfoque ainda mais operacional, apesar de estarmos passando por uma mudança de Governo e de coordenação nas equipes da SEESP.

Este trabalho tratou-se da construção do Plano de Ação Participativo, que ficou conhecido pela sigla, PAP, na segunda metade do ano de 2011 até o final do 1º semestre do ano de 2012.

Para este trabalho, contamos ora com a participação de Supervisores de Ensino, ora com a participação dos Gestores das Escolas consideradas prioritárias.

Nos mesmos moldes dos anteriores quanto ao custeio, porém agora com público-alvo menor, os encontros passaram a ocorrer na EFAP, em São Paulo.

Foram realizados encontros, nos meses de setembro, novembro e dezembro de 2011 e fevereiro, abril e junho de 2012, cujos objetivos centravam-se na discussão e construção de um instrumento de gestão escolar para auxiliar as escolas prioritárias da rede pública estadual de ensino a diagnosticar problemas críticos que estivessem na governabilidade da própria escola e, a partir daí, construir um plano de ação para superá-los ou mitigá-los e que, ao final, culminou com a informatização desse instrumento de gestão, o PAP, que permitia o acompanhamento das ações no sistema PRODESP¹⁸ *online*, após a digitação pelas equipes escolares, das pelas equipes regionais e das equipes centrais, cada uma em seu domínio.

O PAP trouxe pela primeira vez na história da SEESP a possibilidade dos representantes de cada órgão regional, em nome das unidades escolares, participarem da construção de um documento que a partir de então, poderia nortear organizadamente os trabalhos das unidades escolares de forma a atender realmente às necessidades das instituições.

Cabe dizer também que este instrumento foi construído embasado nas dimensões¹⁹ da Gestão Escolar, utilizado no Documento do Prêmio Gestão Escolar, elaborado pelo CONSED para o ano de 2010.

¹⁷ Não foi possível localizar todos os registros e dados deste trabalho. A Coordenação foi modificada ao longo do tempo.

¹⁸ **PRODESP:** Vinculada à Secretaria de Gestão Pública do Governo do Estado de São Paulo, a Prodesp é uma empresa de economia mista (Sociedade Anônima Fechada). Seus principais acionistas são a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP), que tem por objetivo contribuir para a eficiência do setor público e para a simplificação da vida do cidadão por meio de soluções tecnológicas inovadoras. Ver: <http://www.prodesp.sp.gov.br/index.asp>.

¹⁹ **Dimensões** da Gestão Escolar: Gestão pedagógica; Gestão de resultados educacionais; Gestão participativa; Gestão de pessoas e Gestão de serviços e recursos. Disponibilizado pelo CONSED e

Para este ano foram consideradas as cinco dimensões da Gestão Escolar a saber Escolar: Gestão Pedagógica; Gestão de Resultados Educacionais; Gestão Participativa; Gestão de Pessoas e Gestão de Serviços e Recursos, para comporem o PAP.

No 2º Semestre do ano de 2012, novamente fomos instigadas e aceitamos o desafio de começar um novo trabalho de formação continuada, dessa vez com as escolas de Ensino Integral²⁰.

Embora a SEESP, já tivesse implantado em algumas escolas o modelo de Escolas de Tempo Integral no ano de 2005, no início do ano de 2012 como parte do “Programa Educação Compromisso de São Paulo” foi implantado um novo modelo de Escola que foi chamada por atender somente às escolas de Ensino Médio, foi chamado de Ensino Médio Integral, EMI. Neste ano, a implantação do Programa EMI se deu em apenas dezesseis escolas da rede estadual.

Para o ano de 2013, foram incluídas no Programa escolas de Ensino Fundamental, então o Programa passou a se chamar, Ensino Integral, e, na atualidade, passou a ser conhecido como Novo Modelo de Ensino Integral, por ter escolas de Ensino Fundamental, Médio e as chamadas Híbridas, com ambos os níveis de ensino.

O termo Novo Modelo advém da ideia de que convivem na rede o modelo anterior de Tempo Integral e o citado. A implantação destas escolas ocorreu de forma gradual, sendo envolvidas 16 escolas no ano de 2012, mais 53 escolas no ano de 2013 e para o ano de 2014 serão acrescidas de mais 112 escolas.

Neste modelo, o nosso trabalho de formação continuada propriamente dita, começou em novembro de 2012, embora já estivessemos recebendo todas as orientações sobre o Modelo desde o mês de julho, do Instituto de Corresponsabilidade Social (ICE)²¹ que trouxe de outro Estado, o modelo para ser implantado nas escolas da rede estadual de São Paulo.

No mês de novembro ocorreu a 1ª formação no município de Atibaia para Supervisores de Ensino e PCNP, Diretor de Escola e Professor Coordenador Geral –

UNDIME para nortear a autoavaliação das escolas em <http://undime.org.br/wp-content/uploads/2012/02/MANUAL-DE-ORIENTA%C3%87%C3%95ES-PARA-AS-ESCOLAS.pdf>

²⁰Por tratar-se de um trabalho em curso, não foram disponibilizados todos os dados tabulados até o momento.

²¹ ICE: Este grupo trouxe o modelo de escola de ensino integral implantado nas escolas pernambucanas, mas especificamente no Ginásio Pernambucano para ser implantado nas escolas da rede paulista sob o olhar de empresas parceiras da educação paulista.

PCG, agora incorporados os Supervisores de Ensino das Escolas de Ensino Integral, considerados parceiros experientes e também o apoio do ICE.

No início de fevereiro de 2013 e no final do mês de julho, ocorreram dois grandes encontros de formação de todas as equipes escolares envolvendo um grande contingente de profissionais. Neste evento, participaram além do Supervisor de Ensino e PCNP, a equipe gestora (Diretor de Escola, Vice-Diretor, Professor Coordenador Geral - PCG e 3 Professor Coordenador de Área - PCA) e todos os professores das escolas.

Além dos dois grandes encontros, durante o ano de 2013, também tivemos na EFAP, sete ciclos de acompanhamento formativo que envolveram todos os Supervisores de Ensino e PCNP destas escolas e em dois destes encontros também contamos com a participação dos Diretores de Escola e PCG.

As pautas de trabalho de formação sempre foram compostas de assuntos específicos relacionados ao Modelo relacionados ao Ensino Integral e também nos ciclos de acompanhamento formativo. Nos ciclos, ainda a busca pautou-se por estudos aprofundados sobre as concepções acerca do modelo, bem como roteiros para subsidiar o trabalho de acompanhamento da equipe regional.

Para esse propósito utilizou-se de estrutura padronizada para a pauta, contando com período de devolutiva do acompanhamento realizado pela equipe de coordenação central, com palestra, sessão de estudos, oficinas de trabalho e construção de modelos de planilhas e relatórios para realização do acompanhamento da equipe regional.

TABELA 5 – “Programa Ensino Integral”²²

Programa Ensino Integral – ENCONTROS FORMATIVOS					
	Data	Público-alvo	Participantes/ média	Formadores /média	Carga Horária
1º Encontro	10 a 14/12/2012	Supervisores de Ensino e PCNP, Diretor de Escola e PCG	280	30	40
2º Encontro	04 a 08/02/2013	Supervisor de Ensino, PCNP, Diretor de Escola PCG, PCA e Professores	1400	40	40
3º Encontro	22 a 26/07/2013	Supervisor de Ensino, PCNP, Diretor de Escola PCG, PCA e Professores	1400	40	40

²² Dados de posse da SEESP e coletados para este trabalho.

4º Encontro	11 a 14/11/2013	Supervisor de Ensino, PCNP, Diretor de Escola e PCG	400	30	32
-------------	-----------------	---	-----	----	----

Fonte: Arquivos da SEESP/2013.

TABELA 6 – “Programa Ensino Integral”²³

Programa Ensino Integral/CICLOS DE ACOMPANHAMENTO FORMATIVO					
	Data	Público-alvo	Participantes/ média	Formadores /média	Carga Horária
1º Encontro	25 a 27/03/2013	Supervisores de Ensino e PCNP	138	9	24
2º Encontro	24 a 26/04/2013	Supervisor de Ensino e PCNP	138	9	24
3º Encontro	22 a 24/05/2013	Supervisor de Ensino e PCNP	138	9	24
4º Encontro	26 a 28/06/2013	Supervisor de Ensino e PCNP	138	9	24
5º Encontro	16 a 18/09 e 10/09/2013	Supervisor de Ensino, PCNP, Diretor de Escola e PCG	276	15	24
6º Encontro	23 a 25/10/2013	Supervisor de Ensino e PCNP	138	9	24
7º Encontro	09 e 10/12/2013	Supervisor de Ensino, PCNP, Diretor de Escola e PCG	276	15	16

Fonte: Arquivos da SEESP/2013.

Cabe dizer que estamos em época de preparação da Pauta de Formação para o mês de janeiro do ano de 2014 e que, por ter tantos profissionais novos envolvidos, a formação passará do modelo centralizado para o modelo descentralizado em Polos Regionais, que nesta época, estão em fase de organização sob as orientações da equipe central coordenadora do Programa.

²³ Dados de posse da SEESP e coletados para este trabalho.

SOBRE A EXPERIÊNCIA: CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

Como defende Bondía (2002) experiência é algo que nos acontece, nos passa, que nos toca e o que nos permite realmente dizer que tivemos experiência e que, esta experiência faz muita diferença e vem promovendo mudanças em nossas práticas, no trabalho que realizamos em todas as esferas, vem modificando o nosso cotidiano, que no sentido de Heller (2008) não pode ser alienado, ao contrário, deve se mover no sentido de tornar a própria cotidianidade numa ação moral e política.

É assim que nos movemos durante todo o trabalho realizado, na busca incessante de garantir que a escola pública repense suas práticas cristalizadas em busca do desenvolvimento profissional dos que lá atuam e, tendo em vista, as perspectivas tão incertas quanto ao futuro, conforme alerta Bauman (2001) que a possibilidade de emancipação decorre da necessidade de resgatar o espaço público como espaço de ação coletiva.

Nesta perspectiva, ao longo de todo o trabalho realizado fomos vencendo as dificuldades que são comuns quando aceitamos o desafio de fazer diferente. A Supervisão de Ensino no estado de São Paulo conquistou, neste curto espaço de tempo, relevância na formação continuada em que “a rede aprende com a rede” e ampliou sua atuação e seu espaço na história da educação deste Estado.

É nesse sentido que entendemos que a escola pública estatal com seus profissionais e alunos precisam agir no mundo e isso, reitera a afirmação de Nóvoa (1997) que, como professoras em primeira instância, precisamos fazer ouvir a voz de dentro das instituições e não permitir que tantos falem por nós.

Esse é o grande objetivo deste relato, ocupar o lugar que de nós está sendo usurpado.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional:** regulação e emancipação para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ALARCÃO, Isabel. Do olhar supervisor ao olhar da supervisão. RANGEL, Mary.(Org.). **Supervisão pedagógica: princípios e práticas**. São Paulo: Papirus, 2008, p. 11-55.

ANDRADE, Narcisa Veloso de. **Supervisão em Educação: um esforço para melhoria dos serviços educacionais**. Rio de Janeiro: LTC, 1976.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BARRETO, José Carlos, BARRETO, Vera. Formação de alfabetizadores. In: **Cadernos de Educação Popular**. Rio de Janeiro: Vozes e Nova, 1990. p.35-61

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , n. 19, Apr. 2002 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 24 Nov. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). **Supervisão Educacional para uma escola de qualidade**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000. p.167-181.

FUSARI, José Cerchi. O Planejamento do Trabalho Pedagógico: Algumas Indagações e Tentativas de Respostas. In: **Série Idéias**, no. 8. São Paulo: FDE, 1998 p. 44-53. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p044-053_c.pdf. Acesso em: 01 dez. 2013.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MEDINA, Antonia da Silva. Supervisor Escolar: parceiro político pedagógico do professor. In: In: SILVA Jr, Celestino Alves; RANGEL, Mary (orgs.). **Nove olhares sobre a supervisão**. Campinas: Papirus, 1997. p.09-35.

NÓVOA, Antonio (org.) **Profissão Professor**. Porto: Porto Editora, 1997.

_____. (coord.). **Os Professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

_____. **Vidas de Professores**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1995.

PELISSARI, Cristiane. Os seis desafios para a formação do a. In: **Avisa Lá: Revista para a formação de professores de Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental** Nº 30, Abril/2007, p.28-34. Disponível em: http://www.avisala.org/0213465799/avisala_30.pdf. Acesso: 02 dez. 2013.

RANGEL, Mary (orgs.). **Nove olhares sobre a supervisão**. Campinas: Papirus, 1997.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular do Estado de São Paulo. SEE/SP, 2008. Disponível em http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/18/arquivos/PropostaCurricularGeral_Internet_md.pdf.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. Resolução SE 52, de 14-8-2013. Resolução SE 52, de 14-8-2013. Dispõe sobre os perfis, competências e habilidades requeridos dos Profissionais da Educação da rede estadual de ensino, os referenciais bibliográficos e de legislação, que fundamentam e orientam a organização de exames, concursos e processos seletivos, e dá providências correlatas. Disponível em: <http://drhu.edunet.sp.gov.br/eventos/arquivos/RESOLU%C3%87%C3%83O%20SE%2052%20de%2014-8-2013%20PERFIS%20PARA%20CONCURSO.pdf> . Acesso: 30 nov. 2013.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. Resolução SE 88, de 19-12-2007. Dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/88_07.HTM?Time=12/1/2013%208:59:22%20PM. Acesso: 30 nov. 2013.